

Serviço responsável pela execução da deliberação | Divisão Financeira

Epígrafe | 2.4.3. Compromissos plurianuais. Autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

Deliberação | Considerando:

- I. O disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo salvo quando:
 - i. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
 - ii. Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (€99.759,58) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
- II. Que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local;
- III. Que a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados;
- IV. Que a aplicação da mencionada lei é regulada por decreto-lei, nos termos do artigo 14.º;
- V. Que a regulamentação mencionada ainda não foi publicada, mas se prevê que o seja num curto prazo;
- VI. Que é expetável que a adaptação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à Administração Local, não preveja nenhuma especificidade nesta matéria, devendo manter o estabelecido no aludido artigo 6.º;
- VII. Que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal são, apenas, 5 em cada ano, havendo um hiato temporal entre cada uma delas, que não se compagina com as necessidades dos serviços;

Assim, propõe-se que, por forma a assegurar tramitação atempada dos procedimentos e por uma questão de cautela e segurança jurídica, e face ao exposto e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal, na sua sessão de mês abril, (em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho):

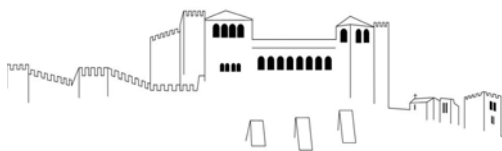


Subunidade Orgânica de Expediente Geral

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de €100.000,00 (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.

Nos termos do ponto 4 supramencionado, mais se propõe, por uma questão de cautela e segurança jurídica, que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal, na sua sessão do próximo mês de abril, com vista à emissão de autorização referente a todos os processos desencadeados após 21 de fevereiro de 2012, de acordo com informação constante do mapa abaixo, uma vez que nesta data estes processos não foram submetidos a pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal, em virtude de a regulamentação da aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos do artigo 14.º, não ter sido, até ao momento, publicada.

Processo	Objeto da aquisição	Valor estimado €	Duração contrato	Redução (*)
INT 2012/1246	Prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas dos SMAS e TJLS.	11.850,00	07/03/2012 a 20-09-2013	Redução aplicada: 10%
INT 2012/80	Prestação de serviços de recolha, transporte e tratamento de 27.500 kg de cadáveres de animais.	15.125,00	22 meses	Redução aplicada: 10%
INT 2011/601	Contrato Wiremaze, por um prazo de 12 meses.	4.512,83	12 meses	Redução aplicada: 10%
ADHOC 2012/8991	Aquisição de aplicações informáticas de projeto de arquitetura, de topografia e engenharia, de cartografia e de cartografia-rede.	39.490,00	12 meses	NA, porquanto não estamos perante a celebração de contrato com idêntico objeto e/ou contraparte de contrato vigente em 2011
	Aquisição de serviços de	264.010,71	12 meses	NA, exceção prevista no n.º



Município de Leiria
Câmara Municipal

Subunidade Orgânica de Expediente Geral

	vigilância e segurança, ao abrigo do Acordo Quadro.			6 do artigo 26.º da LOE 2012 (acordo quadro)
--	---	--	--	--

(*) Redução remuneratória, nos contratos de aquisição de serviços, nos termos do artigo 26.º da Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro (LOE 2012).

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, **deliberou por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Benzinho, Filipa Alves e Gastão Neves, eleitos pelo Partido Social-Democrata e da Senhora Vereadora Blandina Oliveira, eleita pelo Partido Socialista, submeter à Assembleia Municipal:

- I. A emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, de todos os processos de aquisição de serviços que reúnam os requisitos supra mencionados;
- II. Para conhecimento, em todas as sessões ordinárias, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida;
- III. A aplicação da emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidos, após 22 de fevereiro de 2012, de acordo com tabela acima.

Mais deliberou que seja solicitado que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

O Vice-Presidente da Câmara
Municipal

Gonçalo Lopes

A Secretária da reunião

Sandra Almeida Reis
Ao abrigo do despacho n.º 7/2012, de 5 de
janeiro